

Equilíbrio em vez de audácia

Economia - Opinião

PAULO RABELLO DE CASTRO

Diante da primeira crise do petróleo, em 1974, o Brasil audaciosamente desafiou as circunstâncias negativas que o cercavam, navegando na contramão da recessão internacional através de um plano que conduziu à aceleração forçada dos investimentos, pela via das estatais, financiadas pelos endividamentos externo e interno.

O câmbio da época não foi desvalorizado, facilitando assim, que os brasileiros continuassem consumindo combustível importado com dinheiro emprestado, viagens internacionais mediante o pagamento de depósito restituível, e daí por diante.

Sobreveio a segunda crise do petróleo, cinco anos depois. A política econômica oficial não fez por menos. Segurou, mais uma vez, o câmbio; o Brasil cresceu cerca de oito por cento no ano de 1980, em plena recessão internacional, como querendo mostrar ao mundo que, ao sul do Equador, a teoria convencional não funciona, e o exotismo intelectual predomina como fórmula de desenvolvimento. Pois aquele ano foi o último canto do cisne do modelo de marcha forçada da economia brasileira. A partir daí, a audácia de buscar fórmulas originais de conduta econômica não rendeu mais frutos. O País mergulhou na obscuridade.

Na década de 80, sofremos a grande tortura heterodoxa. Primeiro, tivemos a idéia da prefixação monetária e cambial, quando os poupadores perderam quase 50 por cento do valor de suas aplicações e os exportadores foram desestimulados em igual proporção. Em seguida, veio o sufocamento do juro alto, sem ajuste cambial, em 1981, quando os trabalhadores perderam cerca de 20 por cento de sua renda num único ano e a produção de veículos caiu 40 por cento. Em 1982, sobreveio a crise da dívida externa, com a moratória do México, mas no Brasil dizia-se que estava tudo bem; em novembro, chegou o FMI. Passamos 1983 e 1984, tentando consertar o estrago de uma década inteira de "soluções" mirabolantes e de atraso cambial. A desvalorização do cruzeiro, medida simples e

direta que deveria ter sido tomada desde 1974, demorou simplesmente dez anos para ser assumida como realidade!

Persistiam, porém, outras mazelas — os subsídios generalizados, o déficit fiscal e os controles de preços, além da indexação da moeda, razão pela qual a inflação não caiu logo e o público não se convenceu da necessidade de persistir numa política econômica mais equilibrada. Havia clima para nova heterodoxia, outra fórmula exótica. Os cozinheiros prepararam o caldo para ser servido em 1986, no Plano Cruzado, que não deu certo por nenhum outro motivo além daquele de estarem seus pressupostos econômicos redondamente errados. Apelou-se, naquele momento, para novo atraso cambial: o cruzado — a mesma moeda fraca com nome de guerreiro forte — seria valorizado perante o dólar; a inflação seria zero e o déficit do Governo teria acabado; a Nova República era um novo Brasil e tudo tinha que dar certo, mesmo se as asas desse avião tivessem sido montadas ao revés.

O avião, obviamente, não voou. Fez espatifar a renda dos brasileiros em 25 por cento no ano seguinte, consumindo pelo menos dez bilhões de dólares de nossas reservas internacionais e nos deixando na moratória de 1987.

A história prossegue de modo conhecido: nova tentativa heterodoxa em 1987, a política de feijão-com-arroz (com pouca farinha) em 1988, nova tentativa audaz com o Plano Verão em 1989 e, como se não bastasse, mais um pacote baseado em pressupostos equivocados em março deste ano, com o Plano Brasil Novo. Nesta última tentativa, reproduzindo fielmente os modelos anteriores, perpetrou-se mais um atraso cambial, talvez o mais grave dessa longa e cansativa história de desacertos, cujo remendo, agora, provocará mais um forte impulso inflacionário e o empobrecimento salarial da parcela sacrificada da população, que é a grande maioria dos brasileiros.

Foram, até hoje, 17 anos de busca da fórmula perdida: aquela que vai tirar o Brasil da crise por um passe de

mágica, conduzindo-o ao paraíso da inflação zero num piscar de olhos. Técnicos bem-intencionados, todas as equipes de Governo que chegam, trazem em sua bagagem acadêmica a fórmula mágica desenvolvida nos laboratórios da imaginação fértil, a noção do saber original, embora não-testado e o impulso do ideal de salvar o Brasil com audácia, sem compromissos ou vínculos com as "suspeitíssimas" classes produtoras — empresários e trabalhadores — uns a conspirar sobre margens de lucro fácil, enquanto os outros sonham acordados com um salário atrelado à inflação do mês corrente.

O resultado, porém, de tanta audácia e originalidade tem-se mostrado extremamente sofrível. Olhando em volta, observamos que o Brasil, se não tivesse tido governo algum, haveria crescido e sido mais feliz nas últimas duas décadas. Por sorte nossa, ainda há pontos e regiões do País onde as atividades econômicas florescem, a despeito das incertezas criadas pelos pacotes econômicos e pelas sucessivas ameaças de intervenção na economia, além do persistente atraso cambial provocado pela decisão central e que desestabiliza todo o resto.

O Brasil merece mais equilíbrio e mais liberdade. São 17 anos quase ininterruptos de heterodoxias, fórmulas mágicas, exotismos, pactos e impastos; o rescaldo é um extremo desencanto, que vem somar-se à percepção da inconfiabilidade de uma população confiscada em suas poupanças e em suas esperanças.

No programa de governo Collor consta que não se recorreria mais a fórmulas e planos feitos em laboratório, por equipes inexperientes e desatentas ao sofrimento de quem, depois, acaba pagando a conta. Essa é a principal promessa do Presidente: controlar o Governo, de seus próprios desgovernos; torná-lo mínimo, enxuto, sério e um pouco mais equilibrado, deixando o benefício da audácia aos empresários que, então, investiriam mais e aos trabalhadores que, voltando a confiar e esperar, sofreriam um pouco menos.

Paulo Rabello de Castro é economista e diretor da R. C. Consultores Associados